

Prefeitura Municipal de São Paulo

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento Rua São Bento, nº 405 Centro Histórico de São Paulo Telefone +55 (11) 3243-1255 portaldolicenciamentosp.com.br



Alvará de Aprovação de Edificação Nova NÚMERO DO DOCUMENTO: 31585-23-SP-ALV

NÚMERO DO PROCESSO SEI CÓDIGO VERIFICADOR DO DOCUMENTO 1020.2023/0016319-4 x5wsujzg PROPRIETÁRIO(S) DA OBRA VÍNCULO Proprietário NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/CNPJ MRV XC INCORPORACOES LTDA 37563880000114 NOME DO REPRESENTANTE LEGAL CPF DO REPRESENTANTE LEGAL Andrea Cardilli Ballo Hasse 24568051860 ENDEREÇO Avenida Ermano Marchetti, 1435, Água Branca INFORMAÇÕES DA OBRA CONTRIBUINTE

20901800021		168386		05220000	
ENDEREÇO NUMERAÇÃO RUA 17, QUADRA T, LOTE 01 S/N		NUMERAÇÃO PREDIAL S/N			ITUBA
COMPLEMENTO QUADRA T, LOTE (01		SUBPREFEITURA SUBPJ - Subprefeitura Pirituba/Jaraguá		
ZONA DE USO ZM					
USO DO IMÓVEL Residencial (R)			GRUPO DE ATIVIDADE R2v-2: conjunto residencial com mais de 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) até 10.000m² (dez mil metros quadrados) de área construída computável		TOTAL DE UNIDADES 160

RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

vínculo Responsável Técnico pelo Projeto						
NOME DENISE SCHMID	NÚMERO DE CONSELHO DO REPRESENTANTE 00A1660080	CCM 66201250				

QUADRO DE ÁREAS

TOTAL UNIDADES 160		ALTURA DA EDIFICAÇÃO 27.80m	
NÚMERO DE BLOCOS	NÚMERO DE PAVIMENTOS		NÚMERO DE SUBSOLOS

2	10	0
ÁREA TERRENO REAL 7540.09m²	ÁREA A CONSTRUIR (COMPUTÁVEL) 6366.40m ²	TOTAL DE ÁREA A CONSTRUIR 8849.97m ²

NOTAS E RESSALVAS

AMPARO LEGAL:

- LEI Nº 16.050/2014 REVISADA PELA LEI 17.975/2023 (PDE)
- LEI Nº 16.402/2016 (LPUOS) REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.521/2016
- LEI Nº 16.642/2017 (COE) REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/2017
- PORTARIA Nº 221/SMUL-G/2017

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO VERTICAL DE USO RESIDENCIAL (R2V-2), COMPOSTO POR:

- 02 TORRES COMPOSTAS POR TÉRREO MAIS 09 PAVIMENTOS E EQUIPAMENTO SOCIAL;
- 02 ELEVADORES, SENDO 01 EM CADA TORRE;
- -PREVISÃO DE INSTALAÇÃO DE 02 ELEVADORES, SENDO 01 EM CADA TORRE;
- 160 UNIDADES RESIDENCIAIS DE SUBCATEGORIA DE USO R2V-2;
- -152 VAGAS RESIDENCIAIS DESCOBERTAS.

NOTAS:

- 1. O PRESENTE DOCUMENTO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DEVENDO AINDA SEREM OBSERVADAS AS LEGISLAÇÕES ESTADUAL E FEDERAL PERTINENTES.
- 2. O LICENCIAMENTO DE PROJETOS, DE OBRAS E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NÃO IMPLICA NO RECONHECIMENTO, PELA PREFEITURA, DO DIREITO DE PROPRIEDADE OU DE POSSE SOBRE O IMÓVEL.
- 3. O TITULAR DO DOCUMENTO DE ATIVIDADE EDILÍCIA, NA QUALIDADE DE PROPRIETÁRIO OU DE POSSUIDOR DO IMÓVEL,RESPONDE PERANTE TERCEIROS A RESPEITO DA PROPRIEDADE, POSSE, DIREITOS REAIS, GARANTIAS E OUTROS EVENTUAIS ÔNUS QUE INCIDAM SOBRE O IMÓVEL.
- 4. O TITULAR DO DOCUMENTO DE ATIVIDADE EDILÍCIA, NA QUALIDADE DE PROPRIETÁRIO OU DE POSSUIDOR DO IMÓVEL, FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ESTABILIDADE, SEGURANÇA E SALUBRIDADE DO IMÓVEL, EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS, BEM COMO PELA OBSERVÂNCIA DO PROJETO APROVADO, DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES COE, DO RESPECTIVO DECRETO REGULAMENTAR, DAS NORMAS TÉCNICAS NTS APLICÁVEIS E DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL CORRELATA, BEM COMO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO PDE E DA LEGISLAÇÃO DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO LPUOS.
- 5. A CONFORMIDADE DO PROJETO ÀS NORMAS TÉCNICAS NTS GERAIS E ESPECÍFICAS DE CONSTRUÇÃO, BEM COMO ÀS NORMAS TÉCNICAS OFICIAIS NTOS DE ACESSIBILIDADE E ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS AOS ASPECTOS INTERIORES DA EDIFICAÇÃO É RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO.
- 6. OS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA OBRA, NOS LIMITES DE SUAS ATUAÇÕES, RESPONDEM PELA CORRETA EXECUÇÃO DA OBRA DE ACORDO COM O PROJETO APROVADO E PELA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, OBSERVADAS AS NORMAS TÉCNICAS NTS APLICÁVEIS, ZELANDO POR SUA SEGURANÇA E ASSUMINDO AS CONSEQUÊNCIAS DIRETAS E INDIRETAS ADVINDAS DE SUA ATUAÇÃO.
- 7. AS PEÇAS GRÁFICAS DA EDIFICAÇÃO FORAM APRESENTADAS NA FORMA DE PROJETO SIMPLIFICADO, CONFORME ESTABELECIDO NAS NORMAS MUNICIPAIS, SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS E DO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR DO IMÓVEL:

A) A DEFINIÇÃO E DISPOSIÇÃO INTERNA DOS COMPARTIMENTOS, SUAS DIMENSÕES E FUNÇÕES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO AO PERCENTUAL MÍNIMO DE UNIDADES ACESSÍVEIS E DE UNIDADES ADAPTÁVEIS, NO QUE COUBER, CONFORME LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL QUE REGULE A MATÉRIA;

B) A SEGURANÇA NO USO DAS EDIFICAÇÕES, NOS TERMOS DO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES – COE E LEGISLAÇÃO CORRELATA;

C) A OBSERVÂNCIA DAS NORMAS TÉCNICAS NTS E DAS DISPOSIÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO ANEXO I DO DECRETO REGULAMENTAR DO COE.

8. PROJETO APROVADO CONFORME ÁREA E ÍNDICES ELENCADOS A SEGUIR:

ÁREA DO TERRENO E=R: 7.540,09 M2;

TAXA DE OCUPAÇÃO PERMITIDA: 70,00 %;

TAXA DE OCUPAÇÃO DO PROJETO: 15,24 %;

ÁREA DE PROJEÇÃO DO PROJETO: 1.148,88 M2;

COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO: 1,0;

COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO PERMITIDO DA ZONA: 2,0;

COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO ADOTADO NO PROJETO: 0,84;

ÁREA COMPUTÁVEL CA BÁSICO: 7.540,09M2;

ÁREA COMPUTÁVEL CA MÁXIMO DA ZONA: 15.080,18M2;

ÁREA COMPUTÁVEL ADOTADO NO PROJETO: 6.366,40 M²;

ÁREA NÃO COMPUTÁVEL (I A VI, ART.62 DA LEI 16.402/16): 2.483,57 M²;

ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO: 8.849,97 M²;

9.APROVAÇÃO OBJETO DE APLICAÇÃO DA QUOTA AMBIENTAL, CONFORME INFORMAÇÕES A SEGUIR:

PERÍMETRO DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL INCIDENTE NO LOTE: PA 08;

PONTUAÇÃO DA QUOTA AMBIENTAL ATINGIDA NO PROJETO: 0,65;

TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA EXIGIDA: 20 %;

TAXA DE PERMEABILIDADE ADOTADA NO PROJETO: 37,93%;

ÁREA AJARDINADA SOBRE SOLO NATURAL: 2860,15 M2;

ÁREA AJARDINADA SOBRE LAJE COM ESPESSURA DE SOLO MAIOR OUE 40 CM: 8,25 M2;

INDIVÍDUO ARBÓREO A SER PLANTADO DE PORTE PEQUENO: 04 UNI;

INDIVÍDUO ARBÓREO A SER PLANTADO DE PORTE MÉDIO: 09 UN;

INDIVÍDUO ARBÓREO A SER PLANTADO DE PORTE GRANDE: 13 UNI;

PORÇÃO DE FACHADA /MURO VERDE: 500 M2;

VOLUME DO RESERVATÓRIO PARA APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO PROJETO: 14.850,00 L;

VOLUME DO RESERVATÓRIO PARA CONTROLE DE ESCOAMENTO SUPERFICIAL NO PROJETO: 80.000,00 L.

10. AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO QUADRO RELATIVO Á COMPOSIÇÃO DA QUOTA AMBIENTAL, NOS TERMOS DO QUADRO 3B, ANEXO A LEI Nº 16.402/16, SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO AUTOR E DO PROPRIETÁRIO, NOS TERMOS DO $§41^{\circ}$ DO ART.2° DO DECRETO Nº 57.565/16.

11. O PROJETO DEVERÁ OBSERVAR A QUANTIDADE MÍNIMA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NOS TERMOS DO ITEM 9, ANEXO I - DISPOSIÇÕES TÉCNICAS DO DECRETO 57.776/17.

- 12. O PROJETO DEVERÁ ATENDER A QUANTIDADE MÍNIMA DE VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA E AS ESTABELECIDAS NA TABELA DO ITEM 8, ANEXO I DISPOSIÇÕES TÉCNICAS DO DECRETO 57.776/17, BEM COMO SUAS DIMENSÕES E OS ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO, MANOBRA E ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS.
- 13. NÃO SERÁ PERMITIDA A PERMANÊNCIA HUMANA NAS ÁREAS TÉCNICAS DESTINADAS A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONSTANTES NO PROJETO.
- 14. A EDIFICAÇÃO DEVERÁ ATENDER AO DECRETO MUNICIPAL Nº 59.671/20, QUANTO À PADRONIZAÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO.
- 15. PROJETO APROVADO COM DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE COMAER, CONFORME REF. AO PROTOCOLO DE PRÉ-ANÁLISE DA67BA6B25 RIO DE 04 DE SETEMBRO DE 2024.
- 16. CONSTA PARA O LOCAL ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 2022/05734-00, PUBLICADO EM 16/07/2022 (APOSTILAMENTO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 2022/05734-00, PUBLICADO EM 31/01/2023)
- 17.CONSTA PARA O LOCAL INFORMAÇÃO SMUL/APROVA DIGITAL № 112049677 , REFERENTE A CONSULTA DE ZONEAMENTO PROCESSO 1020.2023/0016319-4. COM CONFIRMAÇÃO DO LOTE LOCALIZADO EM ZONA MISTA.
- 18.CONSTA PARA O LOCAL DESPACHO DOCUMENTAL REF<mark>ERENTE À CONS</mark>ULTA DE ZONEAMENTO- PROCESSO 6068.2023/0000123-8 (PUBLICADO EM 17/04/2023)
- 19.CONSTA PARA O LOCAL A CERTIDÃO N°361/2025/PROJ-4 EMITIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA DIVISÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PROCESSO Nº 6022.2025/0001394-8.
- 20. CONSTA PARA O LOCAL PARECER TÉCNICO AMBIENTAL N° 339/CLA/DCRA/GTMAPP/2022, EMITIDO NO PROCESSO 6027.2021/0001164-3, EXPEDIDO EM 17/11/2022 (REFERENTE AO LOTEAMENTO)
- 21. CONSTA PARA O LOCAL TCA 528/2022 (TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL) FIRMADO COM A SVMA (SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE) ATRAVÉS DO PROCESSO 6027.2021/0001164-3, PUBLICADO EM 21/12/2022 (REFERENTE AO LOTEAMENTO).
- 22. CONSTA PARA O LOCAL ANUÊNCIA DA CPTM (COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO) CPTM-CARTA DPMT-004/2025 , PROCESSO SEI №: 386.00001864/2023-57.
- 23. CONSTA PARA O LOCAL CERTIFICADO GRAPROHAB Nº 022/2022, RELATIVO AO PROTOCOLO 16.823 TERMO DE COMPROMISSO Nº 022/2022 (REFERENTE AO LOTEAMENTO)
- 24. O PRESENTE ALVARÁ DE APROVAÇÃO TEM VALIDADE DE 02 (DOIS) ANOS, DEVENDO O INTERESSADO, ANTES DO INICIO DAS OBRAS E DENTRO DA VALIDADE DO PRESENTE ALVARÁ, REQUERER O ALVARÁ DE EXECUÇÃO, CONFORME ART.18 DA LEI № 16.642/17

RESSALVAS:

- 1.0 PRESENTE ALVARÁ NÃO DA DIREITO AO INICIO DE OBRAS, QUE FICA SUJEITO À EXPEDIÇÃO DO RESPECTIVO ALVARÁ DE EXECUÇÃO.
- 2. POR OCASIÃO DO PEDIDO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DEVERÁ SER APRESENTADO O ATESTADO DE VISTORIA FINAL DO CORPO DE BOMBEIROS.
- 3. POR OCASIÃO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO, DEVERÃO SER ATENDIDOS OS ITENS DO COE RELATIVOS À VENTILAÇÃO MECÂNICA E ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL.
- 4. AS EDIFICAÇÕES ORA LICENCIADAS DEVERÃO CONSTITUIR UM SÓ CONDOMÍNIO E QUALQUER DESMEMBRAMENTO DEPENDERÁ DE APROVAÇÃO DA MUNICIPALIDADE, CONFORME DISPOSTO NO DECRETO 10.107/72.
- 5. POR OCASIÃO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO, DEVERÁ SER APRESENTADA A DECLARAÇÃO DE QUE O PROJETO FOI EXECUTADO DE ACORDO COM AS SOLUÇÕES PROPOSTAS PARA ATENDIMENTO DA QUOTA AMBIENTAL, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 4º DO DECRETO 57.565/2016.
- 6.0 PROJETO APROVADO CONTEMPLA O ATENDIMENTO DA QUOTA AMBIENTAL NOS TERMOS DA LEI 16.402/16 E DECRETO 57.565/16, DEVENDO SER APRESENTADO RELATÓRIO À SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE DEMONSTRANDO O ATENDIMENTO DE ACORDO COM O PROJETO APROVADO A CADA 2 (DOIS) ANOS.

- 7. POR OCASIÃO DO PEDIDO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO, DEVERÁ SER APRESENTADA A LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DOS FI EVADORES.
- 8. POR OCASIÃO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DEVERÃO SER ATENDIDAS INTEGRALMENTE AS NORMAS ESPECÍFICAS E AQUELAS EMITIDAS PELAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TAIS COMO DE ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA E GÁS .NOS TERMOS DO §4º DO ART. 11 DA LEI 16.642/17.
- 9. A EMISSÃO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO FICA CONDICIONADA AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS CONDIÇÕES DE AQUECIMENTO SOLAR NOS TERMOS DO ITEM 3, ANEXO I DISPOSIÇÕES TÉCNICAS DO DECRETO 57.776/17.
- 10. O PROJETO DEVE OBSERVAR O DISPOSTO NO CÓDIGO CIVIL, EM ATENDIMENTO AO ANEXO I INTEGRANTE DA LEI 16.642/17, QUANTO A IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO NO LOTE.
- 11.POR OCASIÃO DO PEDIDO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO, DEVERÁ SER ANEXADO NO MESMO, DECLARAÇÃO ASSINADA PELO ARQUITETO OU ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELO PROJETO E PELA EXECUÇÃO DA OBRA E PELO PROPRIETÁRIO, DO CUMPRIMENTO DOS ITENS APLICÁVEIS AO PROJETO DE ACORDO COM O QUE DISPÕE A LEI MUNICIPAL 16.642/17 E NBR 9050 VIGENTE.
- 12.DEVERÃO SER OBSERVADOS OS PARÂMETROS DE INCOMODIDADE ESTABELECIDOS NO QUADRO 4B DA LEI 16.402/16.
- 13.A EMISSÃO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO FICA CONDICIONADA AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ITEM 3.10 DO ANEXO I DA LEI 16.642/17, ONDE AS UNIDADES CONDOMINIAIS, INCLUSIVE AS HABITACIONAIS DEVEM DISPOR DE SISTEMA DE MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADO DO CONSUMO DE ÁGUA. ESGOTO. ENERGIA E GÁS.
- 14.AS ÁREAS TÉCNICAS CONSTANTES NAS UNIDADES SÃO DE USO EXCLUSIVO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONFORME LAUDO TÉCNICO APRESENTADO REFERENTE ÀS ÁREAS TÉCNICAS, SEM PERMANÊNCIA HUMANA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 102 DO DECRETO 57,776/17.
- 15. OS TERRAÇOS NÃO PODERÃO SER SUBDIVIDIDOS EM COMPARTIMENTOS DE FORMA A DESCARACTERIZAR A SUA ÁREA ORIGINAL E NÃO SERÁ PERMITIDA A SUA INCORPORAÇÃO AOS COMPARTIMENTOS INTERNOS DA EDIFICAÇÃO, CONFORME RESOLUÇÃO CEUSO № 135/19
- 16.POR OCASIÃO DO PEDIDO DO ALVARÁ DE EXECUÇÃO , DEVERÁ SER APRESENTADO DECLARAÇÃO DE MOVIMENTO DE TERRA , NOS TERMOS DO ART. 23 DA LEI 16.642/17, COM BASE NA SEÇÃO 3.B DA PORTARIA 221/SMUL-G/2017, DEVENDO SER ATENDIDO O ITEM 3.O.1, DO ANEXO 1 DO DECRETO 57.776/17, PARA A OBTENÇÃO DO MOVIMENTO DE TERRA.
- 17.POR OCASIÃO DO PEDIDO DE ALVARÁ DE EXECUÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA A DECLARAÇÃO / TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DE CARGA, CONFORME DECRETO Nº 55.036/14 E ORDEM DE SERVICO Nº 003/SEL-G/2014.
- 18.FICA CIENTE O INTERESSADO QUE A IMPLANTAÇÃO DE QUALQUER ANTENA, TORRE, PARA-RAIOS, ETC OU QUALQUER OUTRO EQUIPAMENTO SOBRE A COBERTURA DO EDIFÍCIO DEVERÁ SER SUBMETIDO À APRECIAÇÃO DO COMAER.
- 19.0 PRESENTE ALVARÁ DE APROVAÇÃO NÃO AUTORIZA A REMOÇÃO DE NENHUM EXEMPLAR ARBÓREO.
- 20.POR OCASIÃO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DEVERÁ SER APRESENTADO O T.V.E.O. (TERMO DE VERIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS) DO LOTEAMENTO.
- 21. DEVERÁ SER OBSERVADO O CUMPRIMENTO DAS NOTAS E RESSALVAS CONSTANTES NO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N° 2022/05734-00.
- 22. POR OCASIÃO DO PEDIDO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DEVERÁ SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO EXPEDIDO POR SVMA REFERENTE AO TCA № 528/2022.
- 23.CONSTATADA A QUALQUER TEMPO A NÃO VERACIDADE DAS DECLARAÇÕES APRESENTADAS NOS PEDIDOS DE QUE TRATA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, APLICAM-SE, AO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR E PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS, AS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CRIMINAIS CABÍVEIS, CONFORME ART. 67 DA LEI MUNICIPAL Nº 16.642/17.
- 24. SOMENTE SERÁ EMITIDO O CERTIFICADO DE CONCLUSÃO COM A APRESENTAÇÃO DO TVEO REFERENTE AO LOTEAMENTO.

DEFERIDO POR

UNIDADEDATA DE DEFERIMENTODATA DE PUBLICAÇÃOSMUL/RESID/DRGP02/07/202503/07/2025